



## **Solidaristas querem Diretas Já**

Alexandre Santos

Proposta encaminhada à Convenção Nacional do Partido Solidarista Nacional em 1999.

Ao tempo em que renovam seus quadros dirigentes nacionais, os solidaristas brasileiros reunidos em Brasília, em Convenção Nacional, resolvem deflagrar uma campanha pela retomada da moralidade política e administrativa em nosso país, exigindo a realização de eleições para presidente e vice-presidente da república no dia 21 de abril do ano 2000.

Os solidaristas entendem que os sucessivos casos de malversação do patrimônio público e de dilapidação do Estado, que vêm marcando a administração pública federal, especialmente nos últimos tempos, não decorrem apenas da incompetência do Sr. Fernando Henrique Cardoso ou da ação conjuntural dos aproveitadores de ocasião. Decorrem, sim, da conjuração de dois sentimentos herdados da campanha eleitoral – a falta de compromisso político com o povo brasileiro e o pacto com as forças econômicas responsáveis pela sua reeleição. É nessa perspectiva que devem ser compreendidos os episódios que levaram à CPI dos Bancos, ao desmonte da TELEBRÁS, a entrega da Cia Vale do Rio Doce, a desnacionalização do sistema financeiro, o desemprego, a violência urbana e rural, o abandono da educação e da saúde, a situação de intranquilidade vivida pelos aposentados e idosos do país, enfim, a irresponsabilidade econômica e a iniquidade social.

O comportamento anti-social do governo federal é fruto da falta de legitimidade política do pleito que reelegeu o presidente Cardoso. De fato, graças a uma legislação eleitoral inadequada, elaborada sob encomenda para atender aos interesses daqueles que atualmente mandam no país, a campanha de 1998 foi curta e despolitizada, evitando a discussão dos grandes temas nacionais e das propostas dos diversos candidatos. O presidente Cardoso pode, então, fugir ao debate sobre o futuro do país e esconder as falhas do seu primeiro mandato, especialmente as mazelas provocadas pela sua política econômica desumana. O eleitorado brasileiro foi iludido, pois, na prática, a campanha presidencial não debateu o primeiro mandato do candidato Cardoso e, ainda, sonegou informações sobre as propostas alternativas. Assim, o primeiro pleito nacional com direito a reeleição dos governantes foi marcado pela ausência de debates e, ao invés de representar o julgamento político do mandato em curso, não passou de uma farsa eleitoral. Do ponto de vista político, a reeleição do presidente Cardoso não significou a aprovação popular ao seu primeiro mandato. E, mesmo do ponto de vista eleitoral, o resultado que assegurou sua reeleição é questionável, pois o número de votos que obteve não atingiu a maioria absoluta do colégio eleitoral, sendo inferior à soma daqueles obtidos pelos demais candidatos acrescido dos votos em branco e nulos ou, ainda, à soma dos votos em branco com os votos nulos

acrescidos da abstenção. Não há dúvidas de que a eleição de outubro de 1998 não deu legitimidade política ou eleitoral para que o presidente Cardoso exercesse um segundo mandato.

Sem apoio político ou eleitoral do povo brasileiro, foi o esquema das forças que asseguraram a reeleição que definiu o campo no qual se fincam os compromissos do governo, reunindo grupos que, em alguns casos, alimentam interesses completamente antagônicos ao interesse popular. Essa é a razão do descompasso entre as prioridades alimentadas pelo governo Cardoso e o interesse do povo brasileiro, sendo a principal razão da maioria das suas mazelas.

Como tem uma raiz estrutural claramente identificada, não seria o tratamento pontual desse ou daquele desmando que resolveria a questão maior. Na realidade, para que os desmandos parem, há a necessidade do governo federal recompor sua base de sustentação, firmando um claro compromisso político e eleitoral com o povo brasileiro. Assim, há a necessidade de uma nova eleição presidencial, marcada por uma campanha franca, na qual os grandes temas sejam discutidos. Até então, a presidência da república estará descompromissada com o povo brasileiro e, pior, compromissada com os interesses privados dos grupos antipovo que atualmente mandam no país.

Por tudo isso, os solidaristas propõem que, no 500º aniversário do país, o povo possa reencontrar-se com o governo, elegendo um presidente afinado com seus interesses e preocupado com o bem estar de todos. Pelo Brasil e pelos brasileiros exigimos eleições para presidente e vice-presidente da república no dia 21 de abril do ano 2000.

Proposta encaminhada à Convenção Nacional do PSN, em 05 de junho de 1999.